

ENTRE SANTOS E IGREJAS: ANÁLISE DAS FLEXÕES ENTRE O PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL NA SEMANA SANTA DE OLIVEIRA - MG

Matheus Resende Teixeira ¹

RESUMO

O estudo examina a dicotomia entre o patrimônio cultural tangível e intangível, destacando a necessidade de políticas públicas para sua conservação, com foco na Semana Santa em Oliveira, MG. Buscou-se compreender como a festa articula essas formas de patrimônio, considerando elementos culturais reconhecidos pelo município e pelo IEPHA/MG. Introduziu-se o conceito de "paisagem festiva" para interpretar essa integração, incluindo mapeamento de bens culturais e observação da festividade. Resultados revelaram sete bens culturais materiais diretamente envolvidos, como imagens religiosas e edifícios de onde as procissões partem. Outros sete bens culturais indiretos estão nos trajetos, sem interação direta com a festa. A paisagem festiva, mesclando elementos tangíveis e intangíveis, desempenha papel crucial, mas políticas de preservação do patrimônio frequentemente negligenciam essa integração. O estudo destaca a importância da paisagem festiva como conceito capaz de articular as dimensões tangíveis e intangíveis do patrimônio cultural, sublinhando a necessidade de abordagem mais integradora. A Semana Santa em Oliveira ilustra desafios e oportunidades na preservação do patrimônio cultural em cidades pequenas, especialmente quanto à interligação entre os aspectos materiais e imateriais.

Palavras-chave: Paisagem Festiva, Patrimônio Cultural, Paisagem Cultural, Festas Tradicionais, Patrimônio Imaterial.

RESUMEN

El estudio examina la dicotomía entre el patrimonio cultural tangible e intangible, resaltando la necesidad de políticas públicas para su conservación, con enfoque en la Semana Santa en Oliveira, MG. Se buscó comprender cómo la celebración articula estas formas de patrimonio, considerando elementos culturales reconocidos por el municipio y por el IEPHA/MG. Se introdujo el concepto de "paisaje festivo" para interpretar esta integración, que incluyó el mapeo de bienes culturales y la observación de la festividad. Los resultados revelaron siete bienes culturales materiales directamente involucrados, como imágenes religiosas y edificios desde donde parten las procesiones. Otros siete bienes culturales indirectos están en los recorridos, sin interacción directa con la celebración. El paisaje festivo, que mezcla elementos tangibles e intangibles, desempeña un papel crucial, pero las políticas de preservación del patrimonio a menudo descuidan esta integración. El estudio destaca la importancia del paisaje festivo como un concepto capaz de articular las dimensiones tangibles e intangibles del patrimonio cultural, subrayando la necesidad de un enfoque más integrador. La Semana Santa en Oliveira ilustra desafíos y oportunidades en la preservación del patrimonio cultural en ciudades pequeñas, especialmente en lo que respecta a la interconexión entre los aspectos materiales e inmateriales.

Palabras clave: Paisaje Festivo, Patrimonio Cultural, Paisaje Cultural, Fiestas Tradicionales, Patrimonio Imaterial.

¹ Mestrando do Curso de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, mresendeteixeira@hotmail.com;

As discussões sobre o patrimônio cultural têm, recentemente, dado grande foco à dicotomia existente na sua separação entre patrimônio material e imaterial. Tal dicotomia que, para muitos especialistas, deve ser superada, se dá sobretudo na necessidade de estabelecer políticas públicas que visem a preservação daquilo que é considerado bem cultural, de acordo com as suas especificidades. Assim, desde a Constituição de 1988, enquanto essa dualidade é enfatizada quando se afirma que “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial” (BRASIL, 1988), ao mesmo tempo busca-se dar destaque às políticas públicas dos bens imateriais, até então negligenciadas pelo Estado e pelas instituições de todo o mundo.

Embora amplamente estimadas, o reconhecimento e estratégias de preservação dessas expressões enquanto bens e patrimônios culturais é relativamente tardia. Enquanto os bens materiais começam a ter alguma atenção ainda no século XIX, com a criação da primeira Comissão dos Monumentos Históricos na França, em 1837, e de maneira internacional em 1964 com a Carta de Veneza, somente em 1989 há alguma movimentação internacional oficial no sentido de valorizar os bens imateriais, com a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, que pouco ofereceu suporte para que esses bens fossem preservados, tendo repercussões práticas apenas em 2003, na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, da UNESCO, que define:

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (UNESCO, 2003, p. 2).

Considerando o discurso de integração entre patrimônio material e imaterial, Meneses (2010) apresenta uma revisão crítica de premissas que cercam essa relação. Apesar da promoção dessa integração, o autor aponta a existência de diversos problemas no que se refere à articulação entre os dois tipos de patrimônio cultural. Ele destaca que o conceito de patrimônio cultural tem se ampliado ao longo do tempo, incluindo novas categorias e dimensões. O autor ressalta, no entanto, que essa ampliação não é suficiente para garantir a integração entre patrimônio material e imaterial, uma vez que essas categorias possuem especificidades próprias. Além disso, enfatiza a necessidade de se repensar as práticas de preservação e salvaguarda desses bens culturais, de modo a levar em conta a diversidade cultural e os interesses dos grupos envolvidos.

O trabalho em questão busca responder como tal dicotomia se manifesta nas políticas públicas das cidades pequenas do interior de Minas Gerais, a partir da observação da Semana Santa de Oliveira – município que considera a festa um bem cultural imaterial, e que possui como base de realização diversos bens culturais materiais tombados na esfera local e estadual. Além disso, aponta-se a paisagem festiva como conceito chave para a observação e integração dos bens materiais e imateriais. Para isso, mapeou-se os bens culturais reconhecidos pelo município e pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – IEPHA/ MG, e analisou-se a documentação relativa aos tombamentos que interagem diretamente, como templos e imagens religiosas, e indiretamente, como prédios que estivessem no caminho dos cortejos, tal como se observou em campo. Além disso, observou-se a festa a partir do conceito proposto, fotografando e apontando as transformações experimentadas pela paisagem. Foi possível, assim, perceber grande intercâmbio entre essas duas dimensões do patrimônio cultural enquanto acompanhava-se a festividade, mas pouca ou nenhuma consideração da mesma na base documental utilizada para estabelecer o valor dos bens materiais que são reconhecidos pelo município e pelo IEPHA/ MG.

METODOLOGIA

Utilizando-se do método geográfico, tal como define Gomes (2017), é possível observar as manifestações localizadas das festas, como seus trajetos – no caso de uma festa de rua, ou procissão –, a posição de seus adereços e de seus participantes, os locais de maior ou menor simbolismo, centralidade ou marginalidade etc. Assim, é possível que possamos fazer uma análise de caráter geográfico. É daí que surge o interesse, no estudo atual, de localizar os bens materiais e imateriais, nesses últimos considerando os trajetos, fluxos, locais de celebração e ritual, e mapeá-los. Através da observação das posições desses bens, poderemos observar, primeiramente, as intercessões físicas. Então, poderemos constatar o que está protegido ou não em relação às festividades.

Além disto, nos ocupamos de observar como a documentação dos tombamentos de Oliveira que estão relacionados direta ou indiretamente à Semana Santa, sobretudo aqueles da Prefeitura Municipal de Oliveira, aos quais se teve maior facilidade em acessar, bem como o registro da Semana Santa, com o objetivo identificar como a materialidade e a imaterialidade se articulam ou não na busca pelo reconhecimento de seu valor.

Assim, o mapeamento do patrimônio reconhecido e a observação da paisagem festiva podem também destacar as vozes ausentes e perspectivas negligenciadas nas representações do patrimônio cultural, perspectivas apontadas por Smith (2006). Ele pode revelar como as

experiências dos grupos marginalizados são apagadas ou minimizadas nas narrativas oficiais, permitindo, assim, que sejam incluídas e valorizadas. Em suma, o mapeamento do patrimônio, quando realizado com uma abordagem crítica, pode enriquecer nosso entendimento sobre como o patrimônio cultural é construído, valorizado e representado na sociedade. Pode abrir espaço para uma visão mais plural e inclusiva do patrimônio, permitindo que diversas vozes sejam ouvidas e respeitadas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Quando pensamos na dimensão patrimonial do trabalho aqui desenvolvido, podemos nos voltar para a importância da geografia na discussão de um dos conceitos chave para as questões que a são relativas: a paisagem. Como apontado por Ribeiro (2020, p. 27),

Vários países têm desenvolvido importantes estratégias de valorização do patrimônio a partir da paisagem, usando diferentes denominações, como paisagem histórica e mesmo paisagem cultural (...).

Essa ciência assume certa centralidade no desenvolvimento teórico acerca desse conceito e, como aponta o autor, a dualidade na constituição dele dá origem a duas concepções de paisagem:

Como patrimônio cultural, parece haver duas tendências para a forma como a noção de paisagem é capturada. Algumas vezes essas tendências se chocam, outras se completam. Trata-se da paisagem como vista, que coloca ênfase na tradição visual do conceito e da paisagem como produto da relação sociedade e natureza, alimentada pela geografia de inspiração vidalina ou saureiana e pelo crescimento da preocupação ambiental. (Ribeiro, 2020, p. 2)

Pensando também essa relação entre festa, geografia, e patrimônio cultural, Sousa e Souza (2022) apontam a importância do reconhecimento dos bens imateriais. Segundo eles:

A novidade com esse contexto é que além das “paisagens congeladas” do patrimônio colonial e barroco foram também agregadas as interações mítico-ritualísticas das celebrações e fazeres populares. (SOUSA; SOUZA, 2022, p. 172)

Como aponta Maia (2011, p. 22) “a paisagem festiva é fundamentalmente fervor histórico (e geográfico), e não congelamento”.

Nesse sentido, vale destacar a paisagem festiva enquanto centralidade nesse movimento. Esse conceito não se limita à materialidade, ao visível, como nas visões mais tradicionais da geografia. Na concepção que aqui adotamos “a paisagem festiva é carregada de infinitos estímulos representados pelas mais variadas cores, sons, cheiros, sabores, texturas e temperaturas para mencionar apenas os mais recorrentes” (CURADO, 2011, p. 170).

Essas paisagens são construídas na tríade entre emoção, os indivíduos, e o saber mítico. Esses três componentes denotam o caráter social e subjetivo da paisagem festiva. Rituais diferenciados adicionam valor dos traços culturais à cultura local, que



se torna convidativa e curiosa simultaneamente para o turista e/ou para quem não tem conhecimento das práticas exercidas naquele ambiente. (GONDIM, 2015, p. 96)

Como bem apontam Chaveiro *et al* (2018) a paisagem festiva é caracterizada pela presença de diversos elementos, como barracas de comércio, vendedores ambulantes, procissões, atividades de lazer e entretenimento, além de uma série de práticas e manifestações religiosas.

Sousa e Barletto (2009) vão destacar a importância da paisagem na construção de identidades:

Paisagem e memória assim pensadas revelam a festa como evento propício para análise das memórias coletivas em torno da paisagem e dos lugares. Este sentido de festa como pedagogia, quer dizer, como evento social que trabalha na manutenção da memória de acontecimentos histórico-culturais e de espaços (...) (SOUSA; BARLETTO, 2009, p. 130)

A festa tem assim, através da paisagem festiva, o poder de acentuar valores e características relevantes às significações cotidianas:

A festa apresenta a transição de uma paisagem cotidiana para a festiva, propõe certa ruptura. Os deslocamentos de uma paisagem a outra, seus conflitos e negociações, colocam aparentes certos mecanismos da cultura. A festa pode conferir sentido ao cotidiano por romper com a “programação aparente” da vida diária. Essa ruptura, contudo, não significa descolar-se totalmente da vida diária. O momento festivo pode ser considerado um parêntese dentro do texto da vida social, onde ao mesmo tempo em que se diferencia da vida cotidiana, também lhe atribui sentido: explica o cotidiano por diferenciar-se dele. (FERNANDES *et al*, 2019, p. 149)

Dessa maneira, pensamos a paisagem festiva enquanto agente e produto das identidades:

(...) a paisagem não é apenas cenário por onde se desenvolvem as práticas humanas e a natureza, mas um componente mutante e ativo que participa das tramas urbanas. (...) A paisagem é o conjunto dessas materialidades moduladas pelos seus usos, ou seja, pelas práticas e o imaginário que as abriga. (FERNANDES *et al*, 2019, p. 150 e 151)

Assim, considerando a importância da geografia nas discussões relativas ao patrimônio, é preciso estabelecer que, como aponta Fonseca (2005), as coisas não possuem um valor intrínseco, ou seja, não são dotadas de uma estima universal só pelo fato de existirem tal como são. Pelo contrário, são pessoas que atribuem determinado valor a determinada coisa, de acordo com aquilo que julgam positivo ou negativo, moral ou imoral, belo ou feio, etc. Sendo assim, as ideias de natureza e cultura são de extrema importância na delimitação daquilo que deve ser protegido ou não.

Os intelectuais que estão direta ou indiretamente envolvidos em uma política de preservação nacional fazem o papel de mediadores simbólicos, já que atuam no sentido de fazer ver como universais, em termos estéticos, e nacionais, em termos políticos, valores relativos, atribuídos a partir de uma perspectiva e de um lugar no espaço social. (FONSECA, 2005, p. 22)



A autora destaca diferentes formas de pensar o patrimônio e de atribuir valores a eles.

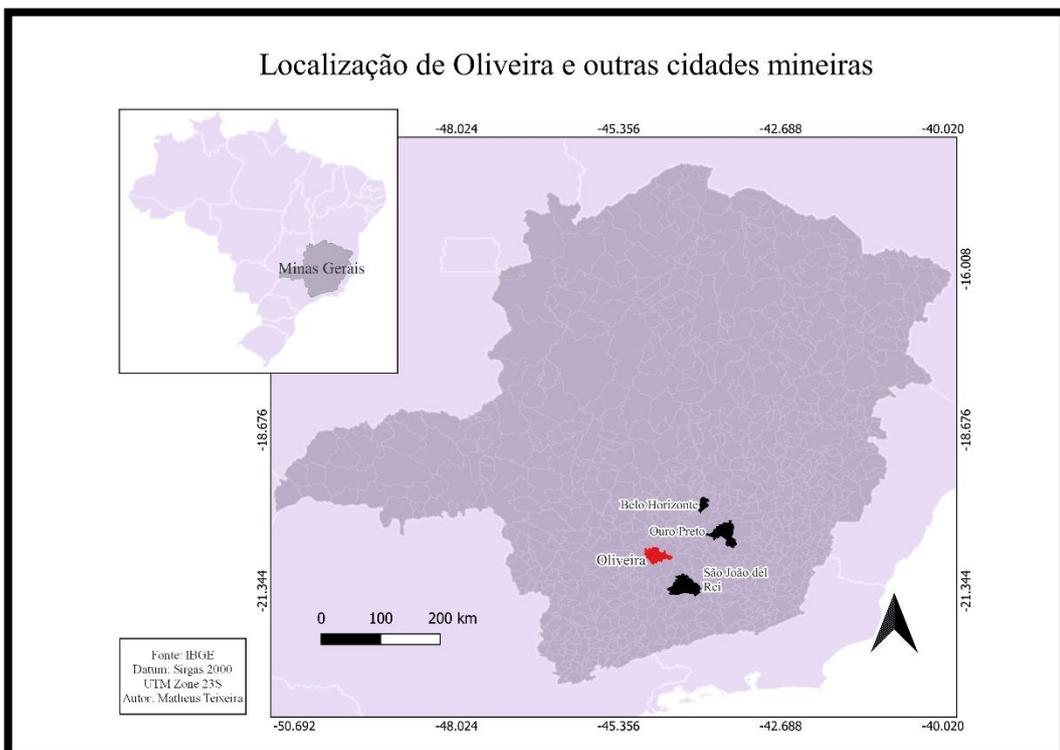
Segundo ela, essas concepções se modificam de acordo com o lugar e o tempo a que estão atrelados, se diferenciando nos contextos políticos e sociais existentes, se aponta inclusive como a noção de patrimônio histórico e artístico nacional dá lugar à de patrimônio cultural, indicando sua transformação.

Resumindo, se a emergência da noção de patrimônio histórico e artístico nacional se deu no âmbito da formação dos Estados-nações e da ideologia do nacionalismo, sua versão atual, enquanto patrimônio cultural, indica sua inserção num contexto mais amplo – o dos organismos internacionais – e em contextos mais restritos – o das comunidades locais. Nesse sentido, nas duas últimas décadas essa noção foi ressemantizada, extrapolou o seu domínio tradicional, o dos Estados nacionais, e passou a envolver outros atores que não apenas burocratas e intelectuais. As modificações na conceituação e no gerenciamento do patrimônio enquanto objeto de políticas públicas indicam sua progressiva apropriação como tema político por parte da sociedade, o que trouxe conflitos a uma prática tradicionalmente exercida pelo Estado, com o concurso de intelectuais de perfil definido e à margem das pressões sociais. (FONSECA, 2005, p. 75)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O local escolhido como centro e laboratório desta pesquisa é Oliveira, cidade do interior de Minas Gerais, a cerca de 150 km de sua capital, Belo Horizonte (Mapa 1). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Oliveira possui uma população de 39.262 pessoas. A religiosidade predominante é a católica.

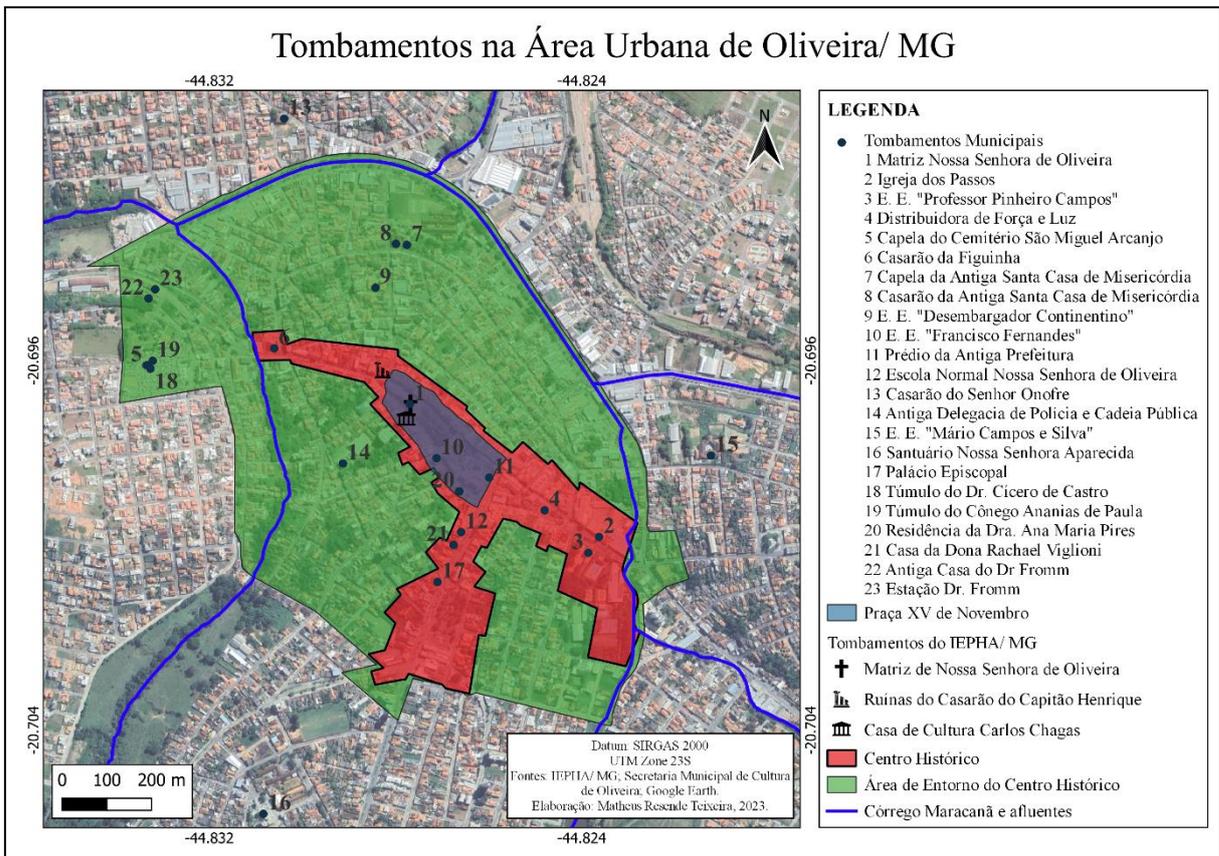
Mapa 1 – Mapa da localização de Oliveira e outras cidades mineiras



Fonte: Arquivo Pessoal.

Oliveira possui uma ampla lista de bens patrimonializados. Na esfera estadual, três construções e a área do Centro Histórico reconhecidos como patrimônio cultural pelo IEPHA/MG. Na esfera municipal, vinte e sete bens tombados e nove conjuntos paisagísticos (Mapa 2). Além deles, existem cerca de cento e trinta e oito bens inventariados. Registrados são 6 bens, sendo 4 festas: Carnaval, Semana Santa, Festa de São João Batista e Festa do Rosário.

Mapa 2 – Tombamentos na Área Urbana de Oliveira/ MG.



Fonte: Arquivo Pessoal (2023).

Sobre a Semana Santa:

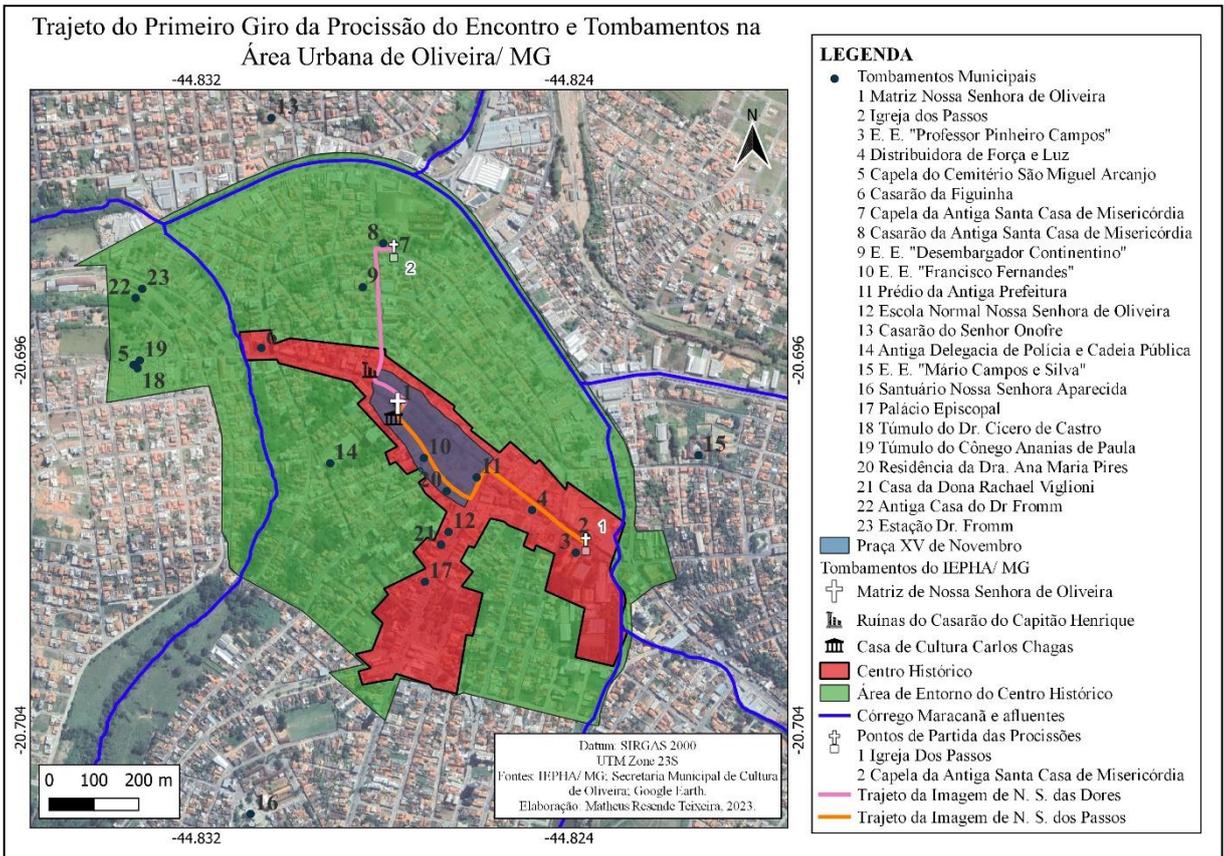
É tão velha como o lugar a comemoração aqui da Semana Santa. O modo, porém, como é comemorada até hoje vem das pompas, músicas e particularidades introduzidas pelo culto sacerdote sanjoanense padre José Teodoro Brasileiro, desde 1860. (...) A Semana Santa oliveirense obedece a uma liturgia quase regional. Nisto, aliás, é que está o seu sabor peculiar e o seu encanto próprio. Oliveira sempre procurou mantê-la tal qual ela veio das antigas gerações locais. Para se constatar isso, basta abrir as Gazetas de Oliveira de 1887 em diante, para ver como decorriam então as suas pausadas solenidades. Em nada diferem das de hoje. (FONSECA, 1961, p. 327)

Observando e mapeando a festividade (Mapa 3 e 4), constatamos que sete bens patrimonializados interagem diretamente com a festa, sendo base de suas celebrações e ritos. Destes, seis possuem proteção municipal, um é protegido pelo estado, e um possui duas proteções, municipal e estadual. Estes bens podem ser base material religiosa das celebrações,



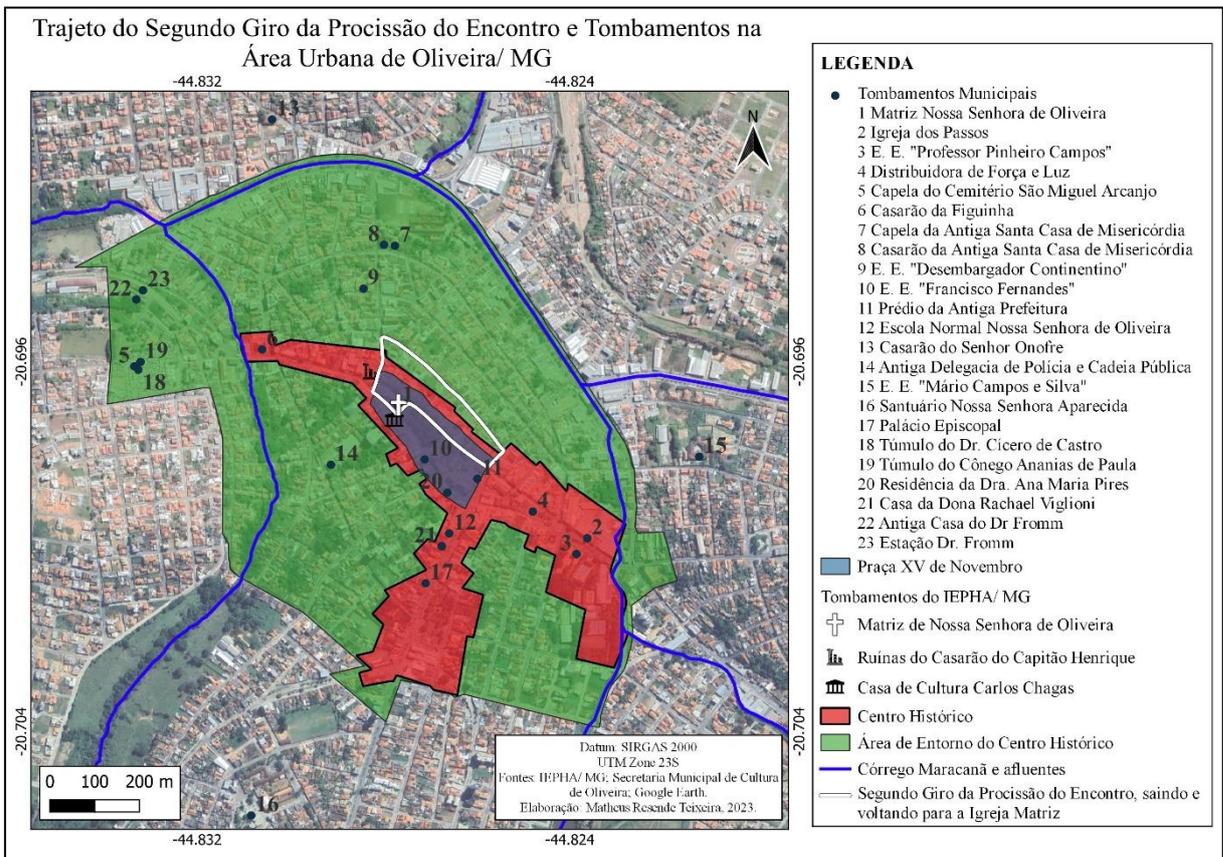
como imagens de santos, locais de traslado das procissões ou templos e construções religiosas onde ocorrem ritos. Para além destes, indiretamente, a festa perpassa por sete bens culturais reconhecidos pelo município e dois reconhecidos pelo estado.

Mapa 3 – Trajeto do Primeiro Giro da Procissão do Encontro e Tombamentos na Área Urbana de Oliveira/ MG.



Fonte: Arquivo Pessoal (2023).

Mapa 4 – Trajeto do Segundo Giro da Procissão do Encontro e Tombamentos na Área Urbana de Oliveira/ MG.



Fonte: Arquivo Pessoal (2023).

Primeiramente, falemos dos objetos que são utilizados na celebração que são patrimonializados: as imagens de Nosso Senhor dos Passos e de Nossa Senhora das Dores. Em especial, a imagem mariana, representando as dores de Maria no intervalo entre a condenação, morte e sepultamento de seu filho, tem maior destaque, já que participa de cinco procissões, com presença quase diária na festa religiosa. A segunda escultura, representando Jesus no caminho da crucificação, aparece em dois momentos: a procissão do encontro – que possui o trajeto mais longo entre todos da festividade – e o traslado que faz de volta à Igreja dos Passos. Ambas as imagens possuem proteção em nível municipal.

Em segundo lugar, os trajetos das procissões perpassam por dois conjuntos paisagísticos reconhecidos: o Centro Histórico de Oliveira – e sua área de entorno – e a Praça XV de Novembro. Todos os cortejos se utilizam das ruas dentro destas proteções. Apenas em dois dias – nas procissões do Depósito e do Encontro, que ocorrem simultaneamente na segunda-feira e na terça-feira da Semana Santa – é que os trajetos transbordam do Centro Histórico, somente para se direcionar até a Capela da Antiga Santa Casa de Misericórdia, ou ter seu início no local.

A Praça XV é utilizada como palco central das celebrações em todos os dias da festividade. O documento que determina o tombamento definitivo do Centro Histórico de Oliveira (IEPHA/MG, 2013) enfatiza a importância da Semana Santa de Oliveira e do Centro Histórico como seu suporte.

Por último, observamos os templos e construções religiosas de onde partem as procissões, bem como locais onde são realizados rituais. O mais importante e imponente de todos é a Igreja Matriz de Nossa Senhora de Oliveira, templo que está ligado a todas as celebrações da semana. Desta igreja, que possui proteção municipal e estadual, partem ou tem ponto final todos os cortejos da semana, sem exceções. Dela, partem as procissões de Ramos, do Depósito, do Enterro, do Fogo Novo, da Ressureição e da Glória. Também, ela é ponto final para as procissões do Encontro, de Dores, do Translado do Santíssimo, do Enterro e da Ressureição. O inventário municipal do bem, no entanto, não faz nenhuma menção à festividade.

A Igreja dos Passos e a Capela da Antiga Santa Casa de Misericórdia também são templos importantes durante a Semana Santa. A Igreja dos Passos abriga as imagens de Nossa Senhora das Dores e Nosso Senhor dos Passos, sendo o ponto de partida da Procissão do Encontro e de Dores, além de ser o ponto final do Translado dos Passos e da Procissão da Glória. A Capela da Antiga Santa Casa de Misericórdia é o ponto de chegada e partida das procissões do Depósito e do Encontro. Ambos os templos são considerados bens culturais pelo município, com a capela localizada fora do Centro Histórico. O inventário da Igreja dos Passos destaca que “Suas ‘linhas simples’ contrastam com a pompa e a religiosidade da comemoração da Semana Santa” (CODEMPAC, 2007). Infelizmente, ainda não acessamos os documentos da Capela Antiga Santa Casa de Misericórdia.

Os demais bens culturais que fazem parte dos trajetos da procissão, mas que não interagem diretamente com a festividade, são: a Escola Estadual “Professor Pinheiro Campos”, a Distribuidora de Força e Luz, o Prédio da Antiga Prefeitura, a Residência da Dr^a. Ana Maria Pires, a Escola Estadual “Francisco Fernandes”, a Escola Estadual “Desembargador Continentino” e o Casarão da Antiga Santa Casa de Misericórdia, protegidos pelo município; e a Casa de Cultura Carlos Chagas e as Ruínas do Casarão do Capitão Henrique, protegidos pelo IEPHA/MG. Nenhum dos documentos destes bens, com exceção das Ruínas, que não tivemos acesso, cita a festa.

Observando a festa através das fotografias (Figura 1) e pensando através do conceito de paisagem festiva podemos observar como os prédios e o patrimônio cultural ganham significado à partir da festa. Os corpos em movimento, o som dos sinos, os aromas de manjerição e insenso, palcos, barracas e adereços compõem uma paisagem única que só pode ser observada neste



momento. No entanto, embora efêmera, a paisagem festiva confere sentido permanente às coisas.

Figura 1 – Chegada da imagem de Nossa Senhora das Dores, em frente à Casa da Cultura.



Fonte: Arquivo Pessoal (2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi observado foi possível concluir que, embora o discurso predominante na área do patrimônio cultural seja que o patrimônio material e o imaterial estão integrados, pouco se verifica essa integração na prática. A Semana Santa de Oliveira, embora um marco da cultura local e reconhecida como bem cultural, é na maioria das vezes desprezada, e nada mobilizada no sentido de reivindicar valores. O IEPHA/ MG e o município de Oliveira, nos documentos analisados, não procuram utilizar mecanismos para articular essas duas dimensões do patrimônio cultural. O conceito de Paisagem Festiva mostra-se, assim, capaz de realizar tal articulação, demonstrando que o patrimônio material ganha significado através do patrimônio imaterial.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988.



CHAVEIRO, E. F.; AZEVEDO, H. A. M. de A.; GONÇALVES, R. J. de A. F. UM MUTIRÃO DE VOZES, ROSTOS E AÇÕES: UMA LEITURA DAS PAISAGENS DA FESTA-ROMARIA DE TRINDADE, GOIÁS. **Sociedade e Território**, [S. l.], v. 30, n. 1, p. 169–189, 2018.

CODEMPAC. Inventário da Igreja dos Passos. Oliveira, MG, 2007.

CURADO, J. G. T. Lagolândia — Paisagens de festa e de fé: uma comunidade percebida pelas festividades. Tese de Doutorado em Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

FERNANDES, C. S.; LA ROCCA, F.; BARROSO, F. M. Beco das Artes: Festas, imaginários e ambiências subversivas na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Eco-Pós**, [S. l.], v. 22, n. 3, p. 140–165, 2019.

FONSECA, L. G. História de Oliveira. Belo Horizonte: Bernardo Alvares, 1961.

FONSECA, M. C. L. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ª edição, Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MINC- IPHAN, 2005.

GOMES, P. Quadros Geográficos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

GONDIM, L. B. Os regimes imagéticos das festas no Mucuripe: uma análise compreensiva de paisagens festivas. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

IEPHA/ MG. Tombamento definitivo do Centro Histórico de Oliveira. Belo Horizonte, MG, 2013.

MAIA, C. E. S. Paisagens festivas e interações mítico-ritualísticas em práticas tradicionais do catolicismo popular. **Espaço e Cultura**, UERJ, Rio de Janeiro, n. 30, p. 19-35, jul./dez. de 2011.

MENESES, U. T. B. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. IPHAN. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, v. 1, p. 25-39, 2009.

RIBEIRO, R. W. Paisagem. In: IPHAN. (Org.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1ed. Brasília: IPHAN, v. 1, p. 1-35, 2020.

SMITH, L. Uses of heritage. Nova York: Routledge, 2006.

SOUSA, P. P. A.; BARLETTO, M. Identidades, memória e espacialidade na Festa do Rosário. **Mercator**, vol. 8, n. 17, p. 123-137, 2009.

SOUSA, P. P. A.; SOUZA, I. M. Vestir a cidade de festa: a Festa do Divino Espírito Santo segundo os dossiês de registro do patrimônio cultural. **Latitude**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 164–188, 2022.



**XV
ENAN
PEGE**

ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA EM GEOGRAFIA



UNESCO, Recomendação de Paris – Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural
Imaterial, de 17 de outubro de 2003. Paris, 2003.

